



BB Administradora de Consórcios S.A.

Setor de Autarquias Norte - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Exercício encerrado em 31.12.2024



b) Dividendos e Distribuição do Lucro Líquido

	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023
Base de Cálculo	694.853	1.352.372	1.171.826
- Lucro líquido	731.424	1.423.549	1.233.501
- Reserva legal constituída no período	36.571	71.177	61.675
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	173.713	338.093	292.957
Dividendo adicional	521.140	882.776	740.977
Total destinado ao acionista	694.853	1.220.869	1.033.934
Reserva estatutária	--	131.503	137.892
Saldo do lucro líquido ajustado após as destinações	--	--	--

9 - TRIBUTOS

a) Composição da Despesa de IR e CSLL

	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023
Valores Correntes	(455.146)	(912.461)	(825.343)
IR e CSLL no país	(455.146)	(912.461)	(825.343)
Valores Diferidos	80.319	175.620	186.829
Ativo fiscal diferido	92.586	193.942	188.978
Passivo fiscal diferido	(12.267)	(18.322)	(2.149)
Total das despesas	(374.827)	(736.841)	(638.514)

b) Despesas Tributárias

	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023
Cofins	(131.909)	(253.469)	(217.031)
ISSQN	(77.112)	(148.594)	(125.974)
PIS/Pasep	(28.287)	(54.388)	(46.618)
Outras	(18)	(18)	--
Valores diferidos (PIS/Pasep e Cofins)	32.039	60.305	54.197
Total	(205.287)	(396.164)	(335.426)

c) Passivo Fiscal Diferido

	31/12/2024	31/12/2023
Decorrentes de Provisão para Tributos Diferidos - Outros - Taxa de Administração	37.945	14.130
Total	37.945	14.130
Imposto de Renda	21.466	7.993
Contribuição Social	7.727	2.878
Cofins	7.191	2.678
PIS/Pasep	1.561	581

d) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

	31/12/2023	Exercício/2024		31/12/2024
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças Temporárias	502.520	493.438	233.698	762.260
Provisões para Outros Créditos em Liquidação Duvidosa	34.683	11.160	31.101	14.742
Provisões passivas - Fiscais e Previdenciárias	601	84	6	679
Provisões passivas - Outras	4.603	6.548	3.369	7.782
Outras provisões	462.633	475.646	199.222	739.057
Total dos Créditos Tributários Ativos	502.520	493.438	233.698	762.260

11 - GRUPOS DE CONSÓRCIO

Informações Gerais sobre os Grupos

	31/12/2024	31/12/2023
Quantidade de consorciados ativos	1.826.813	1.851.352
Quantidade de consorciados excluídos	808.799	711.179
Quantidade de bens entregues no período	294.170	283.289
Quantidade de bens pendentes de entrega	239.255	222.102
Quantidade de inadimplentes contemplados	96.198	91.789
Quantidade de grupos administrados	437	434
Taxa de administração média ponderada no período	18,27%	18,06%
Taxa de inadimplentes média ponderada de consorciados contemplados	9,92%	9,77%

12 - RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

Nos exercícios encerrados em 31/12/2024 e em 31/12/2023, a empresa avaliou que não houve resultados não recorrentes.

Extrato das informações relevantes contempladas no relatório dos Auditores Independentes

As demonstrações contábeis completas referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/sobre-nos/elbb/bb-consorcios/informacoes-financeiras/>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 25 de março de 2025, sem modificações.

Extrato das informações relevantes contempladas no relatório do Conselho Fiscal

O Relatório do CONSELHO FISCAL DA BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A., datado de 25 de março de 2025, emitido em conjunto com as demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, encontra-se disponível no endereço eletrônico <https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/sobre-nos/elbb/bb-consorcios/informacoes-financeiras/>. O referido parecer opina que os documentos avaliados no âmbito daquele Conselho e encontram-se em condições de serem encaminhados para aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

CONGRESSO / Com Bolsonaro réu, PL se articula para pressionar pela liberação dos extremistas do 8 de Janeiro dos crimes pelos quais foram condenados — o que beneficiaria o ex-presidente. O problema é que Motta não quer criar arestas com o STF

A queda de braço da anistia

» ISRAEL MEDEIROS
» EDUARDA ESPOSITO

O PL de Jair Bolsonaro quer partir para o tudo ou nada no Congresso para tentar aprovar o projeto de lei que anistia os golpistas do 8 de Janeiro e que pode, eventualmente, livrar o ex-presidente de uma possível condenação na Justiça por tentativa de golpe de Estado. Porém, tem pela frente uma barreira difícil de ser transposta: o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Isso porque ele não pretende se indispor com o Supremo Tribunal Federal por causa das emendas parlamentares — que não estão completamente liberadas pelo STF.

O partido de Bolsonaro tem se reunido, semanalmente, para alinhar a estratégia para pressionar Motta a votar um requerimento de urgência para trazer o tema à pauta do Plenário. Desde o início do mês, o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), vem fazendo ameaças de obstrução das votações da Casa, enquanto a anistia não andar. Poder de fogo para isso ele tem: são 92 deputados, o que torna a legenda protagonista em qualquer negociação sobre projetos na Câmara.

A expectativa para a próxima semana é intensificar a articulação, como garantiram fontes do PL ao **Correio**. Isso porque Motta terá voltado do giro pela Ásia, pois integra a comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que esteve no Japão e está, agora, no Vietnã.

A pressa da oposição tem explicação: Bolsonaro tornou-se réu por tentativa de golpe, conforme decisão da Primeira Turma do STF, na quarta-feira. O ex-presidente vem insistindo que a anistia é uma questão humanitária, tanto que tem usado o exemplo da cabeleireira Débora Rodrigues, condenada a 14 anos de prisão por pichar a estátua da Justiça em frente ao STF, como uma constatação de que a Corte tem exagerado na dosimetria das penas.

Para reforçar o discurso da questão humanitária, Bolsonaro ganhou um aliado inesperado: o ministro Luiz Fux, do STF. Na sessão da Primeira Turma, na quarta-feira, ele considerou excessiva punição imposta a Débora — disse, inclusive, que “por baixo da toga, bate o coração de um homem”.

“Vamos continuar nessa luta da anistia. Anistia é perdão, é passar a borracha. É fazer o Brasil voltar à sua normalidade. Não quero conflito,

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Partido de Bolsonaro espera presidente da Câmara voltar da Ásia para intensificar negociações

confronto. Quero o bem-estar do meu povo. Não tenho obsessão pelo poder. Tenho paixão pelo Brasil”, disse Bolsonaro, na coletiva logo após ter sido declarado réu pelo STF.

Estratégia

Motta, porém, não tem a menor intenção de comprar brigas com o Supremo logo no início de sua gestão — segundo

interlocutores do deputado disseram ao **Correio**. Embora tenha feito acenos à extrema-direita logo depois de assumir a Presidência da Câmara — ao dizer, em entrevista a uma rádio

da Paraíba, que as penas para os presos do 8 de Janeiro eram exageradas —, ele reconhece que o pragmatismo é importante, especialmente quando pode desgastar a relação com o Judiciário.

Na Corte, questões espinhosas para o Legislativo: as emendas parlamentares, que irrigam os redutos eleitorais dos deputados, continuam bloqueadas até segunda ordem; e é também o Supremo quem julga crimes de autoridades com prerrogativa de foro, como os deputados.

Já o PT de Lula e os partidos alinhados ao governo articulam-se para tentar barrar a anistia com negativas categóricas a cada tentativa do PL de avançar no tema. O líder do governo na Câmara, Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que a estratégia é convencer Motta de que pautar a matéria colocaria a Casa em rota de colisão com o Supremo.

“Tem um julgamento em curso. Isso é muito sério e eu entendo que o PL vive um drama. (Eu digo aos parlamentares do PL) que sei o que estão passando. Mas não podem pedir para a Casa entrar numa crise institucional. Se fizermos qualquer movimento para o PL da anistia, criamos uma crise entre o parlamento e o Judiciário”, disse Lindbergh.

ELEIÇÕES 2026

Ratinho reafirma que pensa no Planalto

» DANANDRA ROCHA

O governador do Paraná, Ratinho Júnior (PSD), assumiu publicamente, ontem, sua pretensão de disputar a Presidência da República, em 2026. Durante um evento do Grupo de Líderes Empresariais (Lide), em Pernambuco, ele classificou a candidatura como um “grande sonho” e destacou sua disposição para representar o PSD na corrida presidencial. “Seria, sem dúvida, um grande sonho ter a oportunidade de ser candidato e discutir o país”, anunciou.

Apesar do interesse, Ratinho ressaltou que a decisão dependerá da posição do partido. “Se

o meu partido [PSD] assim permitir, é óbvio que vou trabalhar para isso”, disse.

Na terça-feira passada, durante outro evento do Lide, desta vez em Brasília, o presidente do PSD, Gilberto Kassab, reforçou o nome de Ratinho como opção viável ao Palácio do Planalto, no próximo ano. “Se o Brasil for presidido por Ratinho Júnior, o povo tende a ganhar”, disse, sinalizando apoio à candidatura do governador paranaense.

Ratinho se soma a outros governadores do campo da direita que também se movimentam em busca de viabilidade eleitoral. O goiano Ronaldo Caiado (União Brasil) lança a pré-candidatura

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



em 4 de abril, na Assembleia Legislativa da Bahia. O mineiro Romeu Zema (Novo) tem insinuado que pode também se lançar à disputa, embora diga que seu

candidato em 2026 é Jair Bolsonaro (PL) — que está ineligível até 2023. Quem também assegura que apoiará o ex-presidente é o governador paulista Tarcísio de Freitas

(Republicanos), que vem dizendo que se prepara para a disputa à reeleição — mas não afasta a hipótese de se lançar à corrida presidencial já no próximo ano.



Seria, sem dúvida, um grande sonho ter a oportunidade de ser candidato (à Presidência da República) e discutir o país. Se o meu partido (PSD) assim permitir, é óbvio que vou trabalhar para isso”

Ratinho Jr.,
governador do Paraná

Acenos

No mesmo dia em que o Supremo Tribunal Federal (STF) tornou Bolsonaro réu por, entre outros crimes, tentativa de golpe de Estado, Ratinho fez um gesto em direção ao ex-presidente e seus apoiadores. Segundo o governador, a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) deveria ser julgada pelo plenário da Corte, e não pela Primeira Turma. O advogado do ex-presidente, Celso Vilardi, argumentou sobre isso, diante dos magistrados, na sessão de terça-feira, mas a solicitação foi rejeitada — o ministro Luiz Fux foi o único a concordar com a defesa de Bolsonaro.

Mas na primeira coletiva depois de tornar-se réu no STF, ao ser questionado sobre quem ele apoiaria na corrida presidencial, o ex-presidente foi enfático: “Vai o Messias, o Bolsonaro ou Jair”, respondeu.